

AS CONTRADIÇÕES E CONTRASTES DO ESPAÇO URBANO E A MARGINALIZAÇÃO DA PERIFERIA: UM ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE JARACATY EM SÃO LUÍS – MA

Francisco de Oliveira Viana
Universidade Estadual do Maranhão

Lucas Silva Carvalho
Universidade Estadual do Maranhão

Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO

Por uma variedade de fatores, diversas famílias migraram para a cidade, ocasionando o processo denominado de crescimento urbano, onde grande parte desses espaços não estavam preparados para receber esse contingenciamento populacional. Com este inchaço urbano, surgiram problemas como o aumento de áreas insalubres, seguido da ausência de oferta de serviços básicos. A gênese do processo de construção da cidade, sempre foi fundamentado sobre a lógica econômica e não pensada para a equidade do espaço urbano. Partindo desse pressuposto, essas áreas tendem a serem fragmentadas pelos agentes produtores do espaço urbano, formando as regiões de centro e periferia, com condições urbanas bem distintas. A comunidade Jaracaty, recorte espacial deste trabalho, é uma das maiores evidências dessa segregação socioespacial. Munidos de métodos qualitativos e do levantamento cartográfico e fotográfico da região, temos como principal objetivo demonstrar as contradições e contrastes em relação a comunidade e as demais edificações que a rodeiam. Os resultados indicam que é necessárias e emergenciais intervenções do poder público no sentido de minimizar os efeitos sociais nesses espaços.

Palavras-chave: Espaço urbano; Desigualdade socioespacial; Periferia; São Luís (MA); Comunidade Jaracaty

The contradictions and contrasts of urban space and the marginalization of the periphery: a case study in the Jaracaty community in São Luís – Ma

ABSTRACT

Due to a variety of factors, several families migrated to the city, causing the process called urban growth, where most of these spaces were not prepared to receive this population contingency. With this urban swelling, problems arose such as the increase in unsanitary areas, followed by the lack of provision of basic services. The genesis of the city construction process has always been based on economic logic and not designed for the equity of urban space. Based on this assumption, these areas tend to be fragmented by the agents producing the urban space, forming the center and periphery regions, with very different urban conditions. The Jaracaty community, the spatial part of this work, is one of the greatest evidences of this socio-spatial segregation. Armed with qualitative methods and the cartographic and photographic survey of the region, our main objective is to demonstrate the contradictions and contrasts in relation to the community and the other buildings that surround it.



Keywords: Urban space; Socio-spatial inequality; Periphery; São Luís (MA); Jaracaty Community;

Las contradicciones y contrastes del espacio urbano y la marginación de la periferia: un estudio de caso en la comunidad de Jaracaty en São Luís – Ma

RESUMEN

Por diversos factores, varias familias migraron a la ciudad, provocando el proceso llamado crecimiento urbano, donde gran parte de estos espacios no estaban preparados para recibir esta contingencia poblacional. Con este crecimiento urbano surgieron problemas como el aumento de áreas insalubres, seguido de la falta de prestación de servicios básicos. La génesis del proceso de construcción de la ciudad siempre estuvo basada en una lógica económica y no diseñada para la equidad del espacio urbano. Partiendo de este supuesto, estas áreas tienden a ser fragmentadas por los agentes productores del espacio urbano, formando regiones de centro y periferia, con condiciones urbanas muy diferentes. La comunidad de Jaracaty, ámbito espacial de este trabajo, es uno de los mayores ejemplos de esta segregación socioespacial. Armados con métodos cualitativos y un estudio cartográfico y fotográfico de la región, nuestro principal objetivo es demostrar las contradicciones y contrastes en relación con la comunidad y los demás edificios que la rodean. Los resultados indican que las intervenciones de las autoridades públicas son necesarias y de emergencia para minimizar los efectos sociales en estos espacios.

Palabras-clave: Espacio urbano; Desigualdad socioespacial; Periferia; São Luis (MA); Comunidad Jaracaty

INTRODUÇÃO

Entende-se que o processo de surgimento e manutenção das cidades recebe a definição de crescimento urbano. Esse fenômeno é intrinsecamente social, uma vez que sua construção é fruto das relações entre indivíduos que compõem uma sociedade. Nesse sentido, a primeira informação necessária que servirá como ponto de ancoragem para a compreensão dos demais conceitos, é entender a cidade como uma produção humana. Nesta perspectiva, para Santos (2014) é importante observar que: “As cidades se constituem como realização humana e vão se estabelecendo ao longo de um processo histórico que resultam em assentamentos humanos com variadas características, formas e funções” (Santos, 2014, p.1).

As relações sociais que instituíram as primeiras cidades ocorreram em virtude do processo de sedentarização das sociedades primitivas, que ao se localizarem próximas às regiões de grandes bacias, foram construindo as primeiras cidades, denominadas de cidades fluviais em função de sua localização. Com a evolução das técnicas de manutenção do solo e da produção agropecuária, formaram-se as primeiras relações de poder entre os habitantes das cidades primitivas.

Com a mecanização do campo, surge um processo denominado de êxodo rural, que se refere basicamente a migração campo-cidade. Grandes massas populacionais, que antes viviam de agricultura de subsistência, agora são obrigadas a migrarem para a cidade em busca de emprego, estadia e sobretudo melhores condições de vida. Esse processo de mecanização do campo ocorre sobretudo em função da apropriação deste pelos agentes proprietários fundiários que selecionam quem fica e quem sai dessas áreas de acordo com suas necessidades de produção.



Como consequência, há um nítido aumento da população residente em áreas urbanas (crescimento urbano), onde não há na mesma proporção, a condição da cidade de abarcar esse contingenciamento de forma tão rápida. É nesse sentido de aumento desordenado da população urbana que surgem diversos problemas de ordem social, tais como o aumento da violência, áreas de péssima qualidade habitacional, falta de acessos a serviços básicos como saúde e educação.

A cidade desde sua constituição foi marcada por relações econômicas, onde quem detém o maior poder, vive melhor. Da mesma forma, a cidade contemporânea foi evoluindo sobre essa ótica, onde as áreas mais nobres, onde habitam as pessoas com maior poder aquisitivo, recebem maior assistência em todos os âmbitos das necessidades humanas. Por outro lado, a classe com menor acúmulo de capital sofre com a ausência de qualidade de vida, habitando em regiões periféricas, muitas vezes com condições insalubres de habitação e de acessibilidade.

Com bases nessas considerações, este trabalho analisou as relações de desigualdades nas áreas urbanas, com ênfase para a cidade de São Luís, no Estado do Maranhão. Dessa forma, a área objeto de estudo, escolhida foi a comunidade do Jaracaty, que sofreu nas últimas décadas inúmeros processos de transformação do seu espaço, resultado direto do crescimento e desordenamento do espaço urbano ludovicense, provocando a marginalização dessa comunidade. O objetivo principal focou em investigar e evidenciar os processos de marginalização e segregação sofridos pela comunidade, em detrimento da valorização em relação aos espaços que o entornam.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa utilizou como direcionamento metodológico a abordagem qualitativa, tendo em vista que se pretende analisar questões relacionadas a realidade socioespacial em sua essência, bem como suas complexidades.

Em um primeiro momento partiu-se de uma pesquisa bibliográfica acerca das temáticas inerentes a este trabalho. Assim, buscou-se na literatura produções teóricas acerca dos temas urbanização e crescimento urbano, desigualdades de acesso à cidade, e a lógica econômica no processo de constituição do espaço urbano. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em compreender os aspectos de definição de forma geral, e contextualizá-los com as publicações disponíveis acerca do recorte espacial desta pesquisa, a cidade de São Luís e o bairro do Jaracaty.

A segunda etapa pautou-se nas práticas de campo. Dessa forma, foram realizadas um total de 3 visitas técnicas, de forma mais específica nos bairros São Francisco, Cidade Operária, Santa Efigênia e a comunidade do Jaracaty, a fim de observar as distinções sociais e estruturais do espaço urbano dessas localidades. A escolha dos bairros se deu em função de suas explícitas desigualdades.

Na comunidade Jaracaty foram realizadas visitas técnicas no mês de janeiro e fevereiro de 2021, onde a principal finalidade foi a coleta das coordenadas geográficas para as produções cartográficas, e o registro fotográfico, além de rodas de conversa com 6 moradores da comunidade. Foi possível através desses métodos, realizar o levantamento dos dados que contemplam o entendimento das problemáticas abordadas neste trabalho.

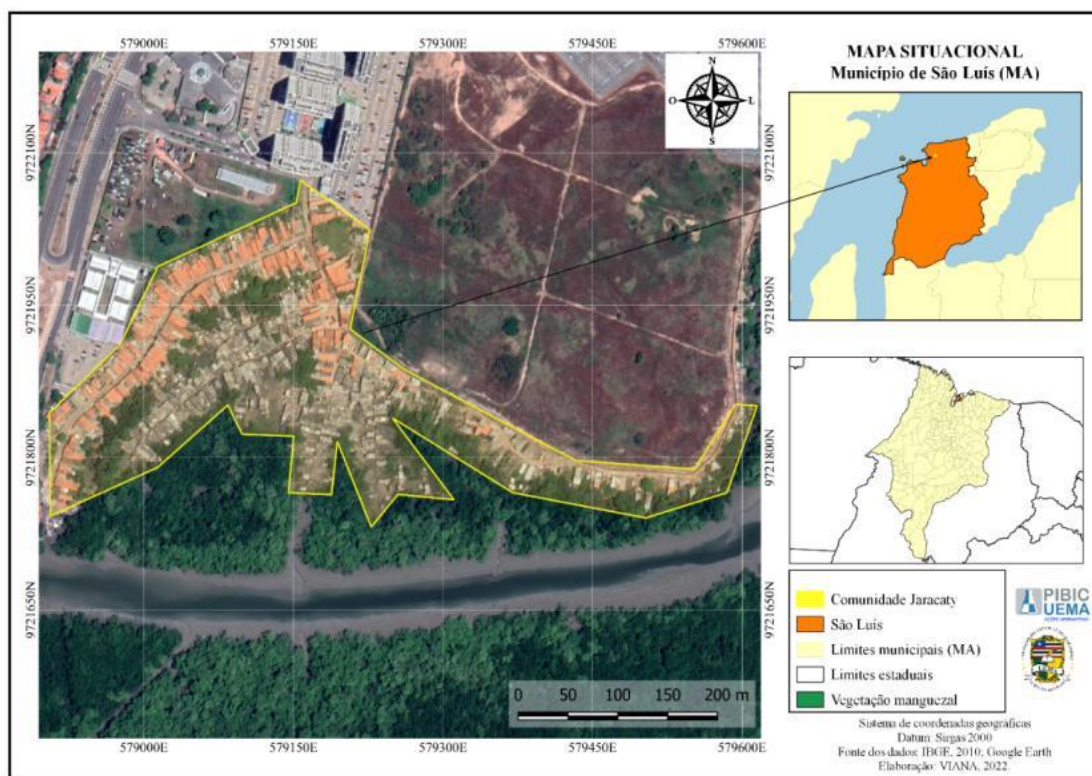


LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E BREVE HISTÓRICO DA ÁREA DE ESTUDO

A comunidade Jaracaty surgiu por volta de 1960. Ao longo das décadas recebeu várias denominações. A princípio se chamava Sítio Novo, e posteriormente, devido a sua localização geográfica próximo ao igarapé Jaracaty, o nome então induziu a nomenclatura de Igarapé. A partir da década de 1980 houve um aumento no número de migrantes do interior do Estado do Maranhão para as áreas próximas ao litoral e bairros da capital ludovicense. Essa mudança foi ocasionada sobretudo por obra de projetos de grandes empresas mineradoras, sobretudo a ALUMAR (Alumínio do Maranhão S.A), e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

A comunidade do Jaracaty está situada sobre as seguintes coordenadas geográficas 2° 30'55. 245 S e 44° 17'15.39". (Mapa 1), e faz limites com os bairros Jardim Renascença (ao norte), Liberdade (ao sul), São Francisco (a oeste), Vinhais (a leste).

Mapa 1- Mapa de localização da comunidade Jaracaty



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A região antes do início do povoamento era predominantemente cobertura vegetal do tipo manguezal. De acordo com Medeiros (2005), até o ano de 1975, a região tinha uma área de 45,44 hectares, sendo que destes 44,04 hectares eram manguezais preservados. No entanto, com o pico do povoamento e a consequente ação antrópica, a região do Igarapé Jaracaty começou um nítido processo de transformação.



Em 1988 restavam apenas 27,97 hectares de manguezais, tendo sido tomado por obras municipais (instalação do lixão São Luís) e apropriação das terras por parte de moradores que demandavam a retirada da cobertura vegetal. Até então, a área era ocupada pelo aterro do lixão da cidade e pela população. Essa geralmente habitando em casas de palafitas com condições insalubres.

No final da década de 1990 com a desativação do “lixão da cidade”, iniciou-se na região a construção de um grande shopping center (São Luís Shopping), ocasionando por consequência a construção de vários outros estabelecimentos, sobretudo verticais como centrais médicas, escritórios de advocacias, bancos, concessionárias e entre outros, elevando o bairro Jaracaty a categoria de bairro de classe média. Com a oferta de emprego, o número de moradores na região aumentou, sobretudo pela aproximação com o local de trabalho.

Todavia, essa classificação social de bairro de classe média não abrange toda a região do Jaracaty, sobretudo porque ainda há uma marginalização da população residente nessa área, que ainda perecem com a falta de serviços públicos, já que a região se tornou o centro terciário da rede privada, sendo inacessível as condições financeiras da população. Assim, faltam hospitais, escolas e sobretudo infraestrutura para atender a comunidade.

HISTORIOGRAFIA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DAS CIDADES: REFLEXÕES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE

Faz-se importante pontuar que o processo de urbanização possui múltiplas dimensões no que tange a sua gênese, pois o surgimento das primeiras cidades sempre esteve aliado ao viés social, histórico, econômico e cultural. Este capítulo tem como principal finalidade apresentar uma base historiográfica acerca do surgimento e estabelecimento das cidades e sua evolução no espaço geográfico.

Castells (1983), define a urbanização e cidade como uma concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e intensidade. Difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado “cultura urbana”. (Castells, 1983, p.39).

Spósito (1988), destaca que a primeira condição para o surgimento da cidade foi a relação que o homem primitivo estabeleceu com o lugar. O mesmo autor, fazendo referência a esse homem primitivo, destaca que: “a caverna foi o primeiro lugar onde praticavam seus rituais e suas artes, impulsos estes que depois também foram motivos de fixação em cidades” (Spósito, 1988, p12).

Com o desenvolvimento de técnicas e ferramentas que possibilitaram a manutenção e por consequências a estadia permanente em determinado local, inicia-se as primeiras aglomerações sociais, agora ligadas ao aspecto econômico. Mais uma vez, esse processo se desencadeia a partir a fixação do homem. Com a estadia permanente, o homem desenvolve maneiras de subsistir e passou a utilizar técnicas agropecuárias para manter-se subsidiado na terra em que habitava.

Antes nômade, e, portanto, dependente dos ciclos naturais, o homem primitivo agora sabe manejar a terra e torná-la adaptável as suas necessidades. O replantio, técnicas de conservação e utilização do fogo, fazem com que determinadas famílias desse período estabeleçam morada em determinados locais, sem a necessidade emergente de mudança de



habitat e que a partir de então, iniciam os primeiros processos que desencadearam a transformação do espaço geográfico.

Carlos (2009), ressalta que o excedente agrícola é um dos fatores que impulsionam o surgimento das cidades, isso porque quando a produção ultrapassa o consumo necessário, surgem os detentores de excedentes que representam, ainda que de forma sucinta, as primeiras características de classes dominantes e do estabelecimento das relações de poder. “A cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produção para além das necessidades de consumo imediato” (Rolnik, 2004, p. 16).

Singer (1998) também faz essa associação, estabelecendo uma relação entre a produção primária e as relações de poder como forças impulsionadoras para o surgimento das cidades. Segundo o autor, percebe-se o estabelecimento do viés político, através da divisão de classes e do estabelecimento das primeiras diferenças sociais, entre quem domina e quem depende do excedente agrícola. Esse processo se estende desde a era primitiva até o período colonial, quando as relações de poder perpassam a questão agrícola e ultrapassam fronteiras através das grandes navegações.

Segundo Spósito (1988) “Este processo de reforço à economia mercantil permitiu a extensão da urbanização ao mundo colonial, a partir do século XV”. Para a autora, as grandes navegações marítimas (século XV-XVI), mais tarde desencadearam o processo de urbanização nos demais continentes, sobretudo na África e América. No entanto, é preciso seguir a ordem cronológica da constituição do espaço urbano mundial, para posteriormente entender as especificidades de cada território.

Nesse sentido, para além do período colonial, quando o urbano começa a se expandir, há processos que contribuíram de forma considerável para alavancar o processo de urbanização. Um deles é o que a Lefebvre (2001), denomina de a força indutora para a urbanização e para a problemática urbana na sociedade capitalista. O autor se refere ao processo de industrialização, ocorrida a priori na Inglaterra, em meados do século XVIII, e que posteriormente se expandiu para todos o continente do globo.

Pode-se citar as revoluções industriais como um estágio crucial que contribuíram para o processo de expansão das cidades. A indústria e suas complexidades requerem ainda hoje a expansão do espaço urbano. Isso se considerarmos o ponto de vida econômico e da produção do espaço, que produz ainda mais aglomerados urbanos e que se estendem de forma contínua pela sociedade contemporânea.

Com a instalação das indústrias e a migração do campo para a cidade, o processo de urbanização se consolida, atrelada a evasão das áreas rurais, formando-se nas cidades grandes aglomerados humanos, tendo agora nesses espaços relações que não se dissociam. Portanto, relações culturais, sociais, mercantis e trabalhistas dão características mais específicas a consolidação do conceito de cidade.



A REDE URBANA LUDOVICENSE: HISTORIOGRAFIA NO CONTEXTO MUNDIAL E ESPECIFICIDADES

A cidade de São Luís, sede do recorte espacial deste trabalho (comunidade Jaracaty) é a capital do estado do Maranhão. Situada sobre as coordenadas S 2°31'47'' e W 44°18'10''. Faz limites com o oceano atlântico ao norte, baía de São José ao sul, Baía de São José a leste e Bahia de São Marcos ao oeste. Fundada por franceses em 1612, São Luís passou por diversas mudanças em todos os aspectos estruturais, desde questões econômicas a questões socioculturais.

Possui 3 regiões metropolitanas, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, e Raposa, todas aglomerações urbanas desencadeadas pelo processo de conurbação. Apesar dessas características e com uma taxa de urbanização de mais de 90%, essas nem sempre foram as características principais do território da Ilha do Upaon-Açu, que hoje apresenta disparidades espaciais diferentes de períodos anteriores.

No século XIX, o processo de industrialização projetada a nível nacional, trouxe para o território ludovicense um aumento expressivo da mão de obra e da migração campo-cidade, mudando, portanto, a dinâmica de distribuição de pessoas no espaço. Para se ter uma noção do aumento expressivo da população, e especificamente da divisão da população urbana e rural de São Luís, foi elaborado o quadro 1.

Quadro 1- Evolução da população urbana, rural e total de São Luís- MA

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1950	93.764	26.021	119.785
1960	124.606	33.686	158.292
1970	205.512	59.97	265.486
1980	247.392	202.041	449.433
1991	246.244	450.127	696.371
2000	837.584	32.444	870.028
2010	955.600	56.343	1.014.837
	975.500	62.275	1.037.775

Fonte dos dados: IBGE (2022)

De acordo com os dados do último censo do IBGE (2022) é possível notar um crescimento expressivo da população da cidade de São Luís, que duplicou seus habitantes em pequenos intervalos de tempo. Com expansão espontânea, surgiram diversas mazelas socioespaciais desencadeadas pela expansão desordenada do processo de urbanização. Dentre os problemas, surgem a falta de qualidade de habitação, acesso a redes de saneamento básico e de saúde, conurbação e outros.

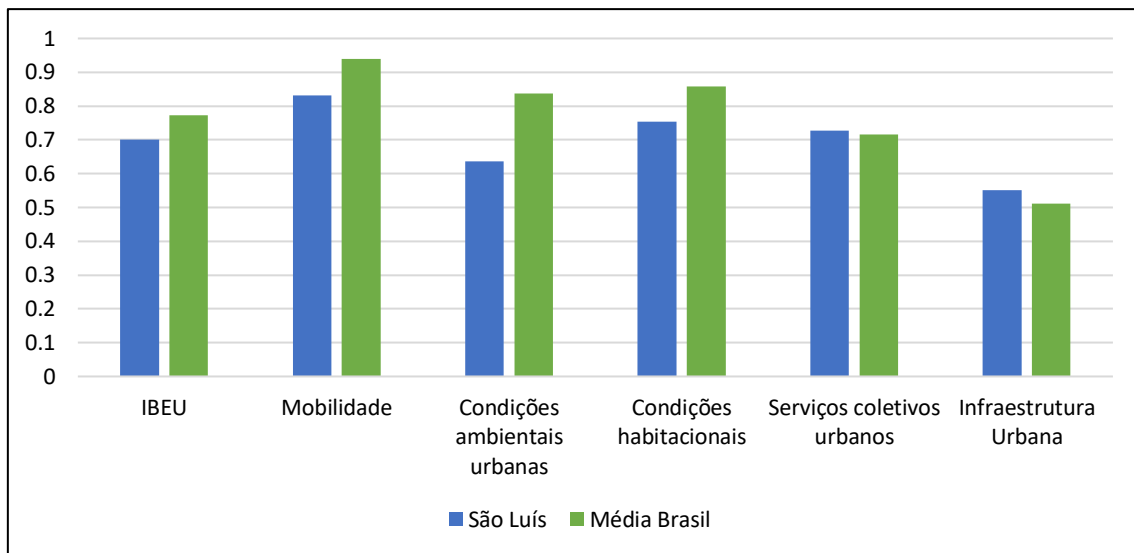
Ainda que segundo os dados oficiais da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN)¹, na cidade de São Luís mostrem que apresentou nos últimos anos um crescimento em relação aos índices de bem-estar urbano (IBEU), nota-se que em relação a tais questões ainda há uma certa deficiência de qualidade em relação à média nacional. O

¹ Consultar dados em: https://diie.com.br/wp-content/uploads/2019/01/PERFIL-MUNICIPAL-DE-SLZ-_2018_comcapa.pdf.



gráfico 1 mostra IBEU da cidade, considerando os critérios e sua comparação com a média nacional.

Gráfico 1- Índice de bem-estar urbano de São Luís e Média do Brasil - 2017



Fonte: Elaborado pelos autores com base no INCT Observatório das Metrôpoles (2017)

Esses dados refletem os baixos índices de bem-estar urbano presentes na capital maranhense, que podem ser notados em macro escala, mas também dentro dos próprios bairros da cidade. A comunidade Jaracaty é uma das regiões de São Luís que refletem essa desigualdade de acesso aos direitos que deveriam ser concedidos pelo IBEU.

As áreas periféricas das cidades, em grande parte se formaram em função da ausência da oferta de condições por parte do Estado. Sem condições financeiras para se apropriar de habitações urbanas ofertadas pelos proprietários imobiliários, essas populações se aglomeraram em áreas de vazios habitacionais, terrenos sem utilização, formando grandes conglomerados. Essas áreas foram construídas sem planejamento arquitetônico, com materiais básicos como lonas, palhas, pedaços de madeira, e que com o tempo evoluíram, formando bairros e até municípios, através do processo de conurbação.

As áreas de periferias, sobretudo em sua gênese não possuem auxílio do Estado em termos de acesso a serviços básicos. Santos e Silva (2011), destacam que o processo de ocupação espontânea de São Luís também desencadeou grandes problemas urbanos.

O Estado, ora subalterno, ora omissor, apresenta opções alternativas ofertando os mesmos serviços “gratuitos”, porém em quantidade e qualidade inferior, que não acompanha a demanda da população. Do outro lado há espaços que sobram moradias e vagas em escolas e hospitais, mas que não podem ser habitadas por aqueles que não detêm o capital para adquirir tais serviços. Assim, reafirma-se de que a ideia do direito a cidade é seletiva e atrelada a questão econômica. Concordamos com Santos (2008), quando afirma que:

Existem duas ou diversas cidades dentro da cidade. Esse fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre



classes sociais. Pode ser verificado e medido pela análise diferencial de um certo número de características do habitat e dos serviços de cada bairro, assim como pelas trocas entre as diferentes frações do tecido urbano. (Santos, 2008, p. 190 – 191)

Na cidade de São Luís, esse processo é descrito por Diniz (2007), onde segundo o autor é percebido que:

Em virtude desse crescimento, a cidade apresentou problemas de ordem socioeconômica bastante visíveis. O crescimento populacional desordenado trouxe problemas de habitação, saúde, segurança e favoreceu o surgimento de ocupações irregulares, palafitas e favelas, problemas esses que têm evoluído consideravelmente, à medida que a urbanização cresce. (Diniz, 2007, p. 169)

No entanto, essas questões poderiam ser resolvidas ao longo do tempo, sobretudo pelo agente regulador do espaço, o Estado, que deveria primar pela qualidade de vida da população, independentemente de sua condição social. No entanto, há uma manutenção da fragmentação da cidade, provocada por agentes produtores do espaço, sobretudo neste caso, os proprietários dos meios de produção e promotores imobiliários que regem o uso e cobertura do solo urbano, deixando inclusive o próprio Estado subalterno.

Para entender melhor esse processo, é necessário frisar as premissas de Correa (2004), Sposito (1988), Lefebvre (2001) e alguns outros autores, que preconizam que o espaço é produzido pelos interesses econômicos. Assim, entendamos o que for interessante urbanizar com qualidade e se tornar rentável para os detentores do capital, assim será feito. Do contrário, não haverá necessidade e compensação para estes.

As áreas de menor poder aquisitivo, portanto, sobretudo em sua gênese não possuíam auxílio do Estado em termos de acesso a serviços básicos. Santos e Silva (2011), destacam que o processo de ocupação espontânea na cidade também desencadeou grandes problemas urbanos.

Ainda em função disso, ainda que a urbanização ludovicense tenha adquirido caráter horizontal, ou seja, construção de casas, esse processo segundo os autores viria a mudar, sobretudo com a apropriação da cidade pelos proprietários dos meios de produção e os imobiliários, que não se interessavam pelas comunidades periféricas.

O Estado, ora subalterno, ora omissivo, apresenta opções alternativas ofertando os mesmos serviços “gratuitos”, porém em quantidade e qualidade inferior, que não acompanha a demanda da população. Do outro lado há espaços que sobram moradias e vagas em escolas e hospitais, mas que não podem ser habitadas por aqueles que não detêm o capital para adquirir tais serviços.

Assim, reafirma-se de que a ideia do direito a cidade é seletiva e atrelada a questão econômica. Nessas áreas, estão localizados os principais empreendimentos imobiliários, hoteleiros, bancários, educacionais e comerciais (Cunha; Guimarães, 2014).

Com o passar do tempo essas áreas tendem a evoluir em termos de qualidade, na medida em que seus proprietários (os grupos sociais excluídos) trabalham por meio de lutas sociais e manifestações requisitando acesso aos direitos da cidade.

Em São Luís, uma parte de sua população ainda vive em áreas, de grandes desigualdades de acesso a condições razoáveis de habitação. As figuras 1 e 2 é uma das áreas que explicitam tal problemática na capital maranhense



Figuras 1 e 2- Contraste de habitação em São Luís (MA)



Fonte: Acervo do autor, 2022.

As imagens (1 e 2) refletem a desigualdade habitacional que ainda predominam na cidade de São Luís. Nas duas imagens é possível notar moradias construídas no sentido horizontal (a grande maioria incluída na zona periférica), e ao fundo edificações verticais, condomínios de auto padrão.

Nesse sentido, ainda que os documentos oficiais mostrem que a população da cidade seja majoritariamente urbana, isso não se coaduna com a questão da qualidade de habitação dessa população. O fato é que quanto maior o poder aquisitivo do indivíduo e sua importância para os agentes produtores do espaço, melhor será sua qualidade de vida na cidade, em detrimento daqueles que são desprovidos de poderio econômico.

No entanto, como pontua Moura e Ultramarine (1996), ainda que as cidades estejam em processo de melhoramento, essa ideia de melhor deve abarcar a todos os indivíduos que nela habitam e visar para além da questão habitacional, a evolução positiva de todos os recursos necessários a sobrevivência humana. “Mesmo que a economia cresça e se globalize, se os serviços públicos não acompanharem esse crescimento, dificilmente se verá uma cidade harmônica.” (Moura, Ultramarine, 1996, p. 53).

A cidade de São Luís tem demandas básicas em se tratando de uma capital. Mesmo com o título de patrimônio cultural da humanidade, o bumba-meu-boi, o porto do Itaqui, o reggae etc., etc., etc., urge que se discuta acerca de que cidade queremos? Uma, como a atual, cheia de problemas e forte segregação socioespacial? Ou uma mais justa social e ambientalmente? (Ferreira, 2009, p.07).

De acordo com essas exposições, nota-se que a cidade de São Luís apresenta diversas barreiras a serem derrubadas. Sobretudo aquelas que inibem o direito de acesso a cidade e a seus recursos. Ainda que esse processo de evolução da qualidade de vida urbana avance de fato, se não for igual para todos, independentemente da classe social, não haverá a materialização de uma “cidade para todos”, como explana o slogan da prefeitura da cidade.

A COMUNIDADE JARACATY: MARGINALIZAÇÃO DA PERIFERIA PARA ALÉM DA TEORIA

De acordo com os dados do IBGE (2022) a Vila Jaracaty (Figura 4) possui cerca de 1.683 habitantes, distribuídos em 334 domínios particulares, onde 31,25% da população é composta por crianças e adolescentes, 18,75 % de jovens entre 18 e 30 anos, e 8,92% de indivíduos com mais de 51 anos de idade

Figura 4- Vista parcial da comunidade Jaracaty



Fonte: Acervo do autor, 2022.

Sobre os indicadores sociais da comunidade, Carvalho (2018) pontua que:

Uma pesquisa realizada pelo Ipea / Fundação João Pinheiro (FJP) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) / Brasília, 2014, através do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, mostrou que a Vila Jaracaty apresenta o pior índice de desenvolvimento humano dentro da Região Metropolitana de São Luís. (Carvalho, 2018, p.13).

De acordo com os dados da pesquisa, o IDH da população foi de 0,664, muito abaixo das médias de outros bairros da capital da ilha de São Luís. Sobre a escolaridade, o IBGE (2022) verificou que num total de 78 entrevistados no censo, 33 afirmaram que não terminaram o ensino médio, e que cerca de 7,2 % se autodeclararam analfabetos.

Esses dados negativos são reflexos das condições de vida na região, que como já destacado, ainda carece de muitos serviços públicos que lhe assegurem educação, saúde, segurança e lazer. Em uma visita de campo à comunidade foi possível constatar essas mazelas que se agravam diariamente em função da falta de assistência do poder público.

A área localiza-se quase que integralmente dentro do manguezal que cerca a região. Em função disso, grande parte das habitações da comunidade são construções de madeiras sobre o lamaçal do mangue (figura 5).



Figura 5- Palafitas



Fonte: Acervo do autor, 2022.

A imagem (5) mostra apenas uma das partes da comunidade. Por se tratar de uma região alagadiça, a mobilidade é um desafio, pois a locomoção ocorre por meio das pontes de madeira (figura 6), construídas pelos próprios moradores, a maioria delas já em estado de deterioração.

Durante a visita técnica não foi possível ter acesso à determinadas áreas da comunidade em função das condições das pontes, que segundo o alerta dos próprios comunitários, corriam risco de quebrarem, caso fosse realizada a circulação.

Outra problemática relacionada ao bioma que abrange a comunidade é o fluxo da maré, que quando aumento de volume, atinge as casas dos moradores. Além da questão do alagamento, uma grande quantidade de lixo trazida pela água se acumula no entorno das palafitas (figura 7), exalando mau cheiro, e agravando a problemática sanitária.

A população da comunidade também não conta com uma rede de tratamento de esgoto, sobretudo pela ausência de recursos de encanamento. Assim, todos os dejetos produzidos pelas residências são depositados nas águas do manguezal e da maré. Fator que agrava a situação sanitária e aumenta a chance de contaminação por doenças transmissíveis.

De acordo com uma moradora, há um caso de morte por dengue hemorrágica na comunidade.

Figura 6 – Pontes de madeira

Fonte: Acervo do autor, 2022.

Figura 7 – Acumulação de lixo

Fonte: Acervo do autor, 2022.

Não há na região nenhum serviço público de saúde. O posto de assistência médica mais próximo da área, e que os moradores costumam frequentar, é a Unidade de Saúde da Família no bairro São Francisco, tendo os comunitários que se deslocarem cerca de 2 km para solicitarem atendimentos médicos.

Em caso de urgência e emergência, os hospitais mais próximos ficam em bairros relativamente distantes, onde geralmente os moradores recorrem ao hospital socorrinho, no bairro São Francisco, ou ao hospital de urgência e emergência Djalma Marques (Socorrão I), no centro da cidade de São Luís.

Em relação a escolas, a comunidade conta com uma unidade educacional próxima a região. A escola atende somente até a 5ª série do ensino fundamental I. A medida em que os alunos avançam nas séries, devem recorrer as escolas mais próximas, que de acordo com os moradores, são aquelas localizadas em bairros que comumente já atendem as suas demandas, sendo eles São Francisco, Centro da cidade, Liberdade, Camboa.

A energia também é uma problemática na comunidade. A grande maioria das casas não possuem fornecimento de energia por órgãos oficiais. Assim, a maior parte das palafitas utilizam fontes informais de energia, as denominadas “gambiarras”². Justamente por não seguir os padrões de segurança, apresentam riscos a comunidade. Segundo os moradores, dois acidentes já ocorreram na área, desencadeando um incêndio que atingiu duas palafitas.

As contradições e segregações do espaço urbano ocorrem tanto no micro, quanto na macro escala. Assim, é possível evidenciar as diferenças na qualidade de vida urbana desde a escala nacional, até os bairros de determinada cidade. Da mesma forma ocorre na comunidade Jaracaty.

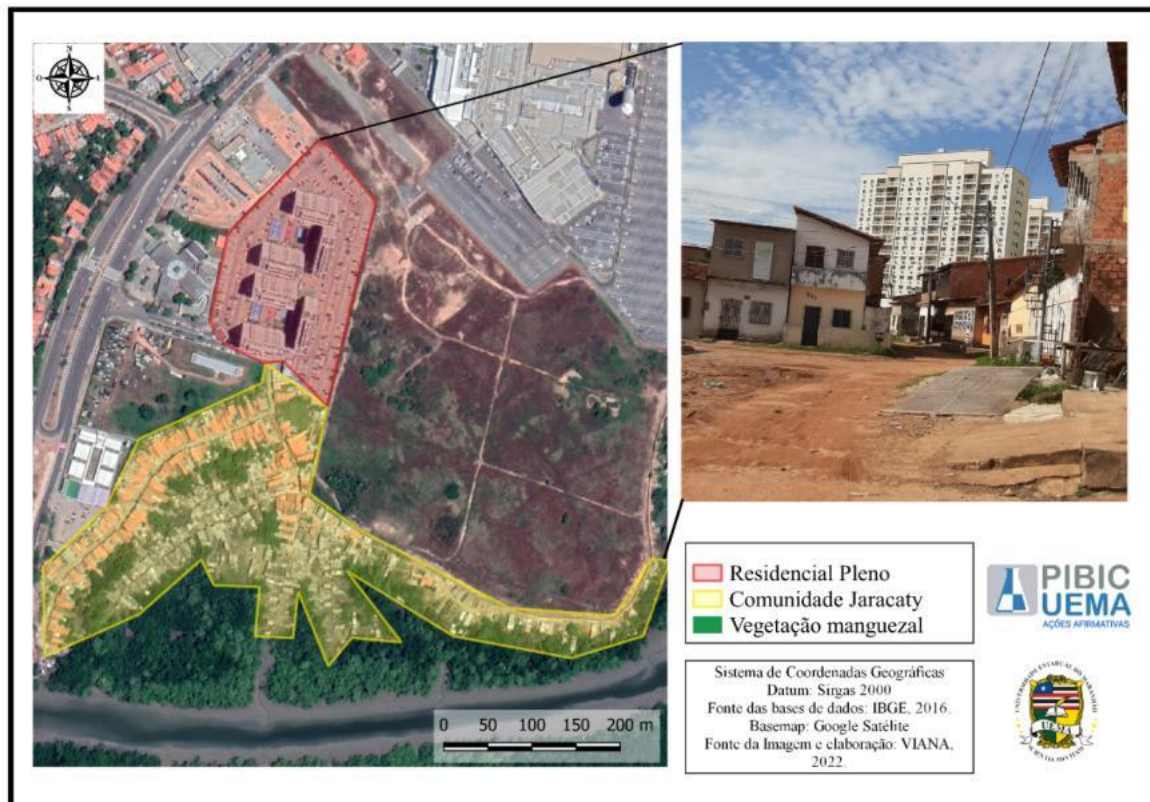
O mapa 2 abaixo apresenta a localização e o contraste de habitação na área, pois ao lado da comunidade fora construído um condomínio de alto padrão (residencial pleno). Ao mesmo tempo em que a população residente no edifício é beneficiada com recursos de água encanada,

² Utilização informal de energia, onde geralmente um fio condutor, ligado a uma fonte energética central, utiliza sua energia.



área de lazer e outros, os moradores da “casa ao lado” sequer possuem aparelhos sanitários no interior das suas residências.

Mapa 2 - Mapa com visibilidade do contraste habitacional



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Outra contradição que ocorre é o fato de o condomínio ter sido construído posteriormente a comunidade Jaracaty. A área em que hoje o prédio se localiza, antes era espaço de lazer das crianças e adolescentes da comunidade. No entanto, o terreno foi comprado pela construtora, e a utilização desse ficou restrita aos funcionários dela, tendo sido proibida a entrada de indivíduos sem vínculo com a empresa.

Essa hegemonia de um grupo sobre o outro, reflete as relações e diferenciações de poder dentro do espaço urbano. Rodrigues (2013, p. 21) *apud* Correa (2004) pontua que os proprietários fundiários exercem pressão sobre o Estado, e de forma mais específica na escala municipal, com a finalidade de interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano”.

Ainda segundo Correa (2004), essas relações de poder só reafirmam a ação dos agentes que dominam o espaço urbano. Segundo as premissas do autor: Esse marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes e, constituindo-se em retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante (Correa, 2004, p.12).



Segundo os relatos de uma moradora, a intenção da prefeitura da cidade é não oferecer serviços de assistência, justamente para forçar a saída dos comunitários da área, pois já foram feitas várias solicitações para a distribuidora de energia da cidade (Equatorial energia) e para a empresa de tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos (CAEMA), todas elas sem resoluções.

Ainda que de forma ligeiramente implícita, há conflitos internos entre a população da comunidade, a prefeitura e sobretudo os proprietários das corporações comerciais que estão no entorno da área. Isso se evidencia claramente, seja nas diversas tentativas de remanejamento da população para outros bairros, na pressão dos agentes imobiliários pelo domínio da área, ou seja, pela falta de assistência proposital que força os comunitários a se deslocarem para outras regiões, mesmo abandonando seu território e também sua territorialidade.

Como afirma Terra (2016), “o conflito existe e sempre existirá dentro de qualquer organização social, podemos ignorá-lo, dizer que tal problema não existe, mas isso não quer dizer que o conflito não esteja lá, por debaixo da superfície” (Terra, 2016, p. 179).

Em função da não assistência por parte dos órgãos governamentais, os próprios moradores tomam iniciativas para melhorar a infraestrutura da comunidade. Ainda que com poucos recursos, algumas áreas alagadas estão sendo aterradas pelos comunitários, além da encanação, que apesar da informalidade, tem servido de assistência para as necessidades cotidianas.

Foi possível observar as dificuldades enfrentadas pelos moradores, que vivem em sua maioria em condições de insalubridade, desassistidos dos órgãos governamentais, e que se desdobram para se manterem residentes.

Todos esses resultados reforçam a complexidade das condições de acesso a políticas entre os mais pobres e a permanência de uma série de desigualdades de acesso mesmo quando o Estado chega às áreas periféricas das grandes cidades. Além disso, destaca-se aqui que a segregação é um problema de política pública, especialmente quando se considera que ela constitui mecanismo particularmente relevante de reprodução das desigualdades socioeconômicas. (Bichir, 2009, p.86).

Como destacam Moura e Ultramarini (1996) ainda que a cidade se expanda e se globalize, se não houver também avanços nos serviços públicos, muito dificilmente o espaço urbano será harmônico e com condições de acessibilidade a todos. “Estará exposta uma cidade com demandas reprimidas, com serviços e infraestrutura saturados e insuficientes. Uma cidade aberta ao mundo, porém dividida em partes desiguais”. (Moura; Ultramarini, 1996, p.53).

Portanto, evidencia-se que há uma clara relação entre o texto (os referenciais teóricos sobre a cidade) e o contexto (a situação real) no que se refere às complexidades que envolvem o espaço urbano e que foram dissertados na parte inicial da pesquisa. Ainda que o processo de urbanização seja contínuo, sobretudo em termos de crescimento, se a qualidade de vida urbana não for proporcionada para todos, haverá apenas a manutenção de velhos e atrozes sistemas de fragmentação da vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as reflexões aqui apresentadas, foi possível constatar as múltiplas complexidades que envolvem o espaço urbano. Entendemos esse espaço como palco das



relações humanas, que se materializam entre produção e consumo. Esse processo é evolutivo e metamórfico, tendo em vista que está sempre se transformando, e comprova-se isso com as exposições feitas sobre a evolução da urbanização nos diferentes níveis de escala global, nacional e regional.

No espaço urbano, que detém de maior poderio econômico habitam nas regiões com melhores condições de vida, em detrimento das populações mais pobres que em grande parte vivem em condições urbanas precárias. Essa fragmentação reflete a desigualdade que espaço urbano contém, contrariando a ideia da cidade como um direito de cidadania.

Tanto no Brasil, como na cidade de São Luís, essa fragmentação também ocorre. Nota-se na capital maranhense uma diferença explícita entre as áreas mais nobres da cidade, onde ficam os bairros mais próximos ao centro (Renascença, Calhau, litorânea, parte do São Francisco e alguns outros), daqueles que se distanciam da região central (São Raimundo, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Vila Janaína).

A comunidade do Jaracaty é uma das evidências mais precisas das desigualdades que existem no espaço urbano, isso tendo em vista que sua localização faz limite com uma região onde habitam grandes centros comerciais e residenciais de alto padrão, onde se concentram grandes serviços de saúde, educação, bancários e outros, mas que são acessíveis somente para quem possui um poderio aquisitivo.

O próprio processo que deu origem a comunidade mostra a inadimplência (proposital ou não), dos agentes produtores do espaço, sobretudo os imobiliários, donos dos meios de produção, que com o estabelecimento de grandes obras não se importaram em atender as demandas da população da região, limitando o acesso aos serviços instalados apenas para aqueles que possuem dinheiro suficiente para usufruir os produtos.

Portanto, questiona-se a partir dos estudos da comunidade do Jaracaty, se de fato a cidade e seus recursos configura-se em um direito para todos.

Nesse caso, o que há na verdade é uma enorme distância entre o texto (constituição e legislação urbana) e o contexto (situação real), que serão evidenciados e mais detalhados no relatório final dessa pesquisa, a partir das análises feitas sobre acessibilidade para pessoas com deficiência na comunidade Jaracaty.

REFERÊNCIAS

BICHIR, R. M. Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 24, n. 70, p. 75-89, 2009.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. Editora Contexto, 2024.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CARVALHO, R. Muniz. **Proposta de plano de regularização fundiária e urbanística da Vila Jaracaty, no município de São Luís, Maranhão**. TCC (Especialização em Gestão Pública). Brasília: ENAP, 2019.



CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CUNHA, H. W. A. P.; GUIMARÃES, R. B. São Luís para todos? O cadeirante nas múltiplas cidades da capital maranhense: o centro histórico. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 1, p. 65-87, 2017.

DINIZ, J. S. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. **Ciências Humanas em Revista** - São Luís, v. 5, n. 1, p.167-180, 2007.

DAS METRÓPOLES, Observatório. **Saneamento básico nas cidades brasileiras**. 2016. Disponível em : <http://www.memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/1168>. Acesso em : 27 dez. 2025.

FERREIRA, A. J. de A. São Luís do Maranhão: em que cidade vivemos? Que cidade queremos no quarto centenário? **Ciências Humanas em Revista**. São Luís, v. 7, n. 2, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades - Panorama**. Rio de Janeiro, IBGE. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 18 dez. 2025.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Brasiliense, 1963.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 145p.

MEDEIROS, T. C. C. A Degradação do Manguezal do Igarapé do Jaracati, no estuário do rio Anil, São Luís – MA: um estudo de caso. **Revista Interface** v. 2, n. 2, p. 166-173, 2005.

MOURA, R.; ULTRAMARI, C. **O que é periferia urbana**. São Paulo: editora Brasiliense, 1996.

RODRIGUES, T. D. N. **Desigualdade no acesso à cidade: a ocupação da Vila Ser-Pro no Município de Rio Verde Goiás**. São Paulo, 2013. p. 277. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC, 2013.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, M. **Manual de geografia urbana**. 9 Ed. São Paulo : Edusp, 2008.

SANTOS, L. E. N. dos; SILVA, J. P. da. **Produção e fragmentação do espaço urbano de São Luís - MA**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5, 2011, São Luís. Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

SANTOS, A. E. **Do surgimento da cidade ao processo de conurbação: elementos teóricos para análise**. In: Congresso Brasileiro de Geógrafo, 8, 2014, Vitória. Anais do VII Congresso



Brasileiro de Geógrafo. Vitória: AGB, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404388439_ARQUIVO_Dosurgimentodacidade.pdf. Acesso em 07 fev. 2023

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

TERRA, A. **Conflitos Socioambientais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. São Luís: Ed. UEMA. 2016, p.177-204.

HISTÓRICO

Submetido: 17 de agosto de 2024.

Aprovado: 20 de dezembro de 2025.

Publicado: 27 de dezembro de 2025.

DADOS DO(S) AUTOR(ES)

Francisco de Oliveira Viana

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). É especialista em Ensino de Geografia (Univitoria) e em Didática (FAMEESP). É Professor Formador II na Universidade Federal do Maranhão (UFMA/PAFOR), onde também cursa o mestrado acadêmico em Educação. É professor substituto no Departamento de Geografia da UEMA. São Luís, Maranhão, Brasil. Endereço para correspondência: Avenida Lourenço Vieira da Silva Jardim São Cristóvão - São Luís 65055310, MA – Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9443-4760>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3155057407744235>

E-mail: chiicoviana@outlook.com

Lucas Silva Carvalho

Mestrando em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Graduado em Geografia licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). integrante do Grupo de Pesquisa de Geomorfologia e Mapeamento (GEOMAP). São Luís, Maranhão, Brasil. Endereço para correspondência: Avenida Lourenço Vieira da Silva Jardim São Cristóvão - São Luís 65055310, MA – Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2156-3737>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4463206727024555>

E-mail: Lucascarvalho7@aluno.uema.br

Hermeneilce Wasti Aires Pereira Cunha

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (1996), Especialização em Planejamento Ambiental (UFMA/1999) Mestrado em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão (2003) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/ PP) (2012). Atualmente é professora Adjunta IV da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil. Endereço para correspondência: Avenida Lourenço Vieira da Silva Jardim São Cristóvão - São Luís 65055310, MA – Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9894-2981>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0172861091335213>

E-mail: wasti@uema.br

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

OLIVEIRA VIANA, F; CARVALHO, L. C.; CUNHA, H. W. A. P. As contradições e contrastes do espaço urbano e a marginalização da periferia: um estudo de caso na comunidade Jaracaty em São Luís – MA. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 14, n. 26, e13778, 2025.